

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO PEDRO PAIXÃO RODRIGUES

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ÓTICA DAS LIBERDADES: UMA VISÃO DE
AMARTYA SEN

CURITIBA

2018

JOÃO PEDRO PAIXÃO RODRIGUES

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ÓTICA DAS LIBERDADES: UMA VISÃO DE
AMARTYA SEN

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO PEDRO PAIXÃO RODRIGUES

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ÓTICA DAS LIBERDADES: UMA VISÃO DE AMARTYA SEN

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali
Orientador – Departamento de Economia, UFPR.

Prof(a). Dr. Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR

Prof(a). Dr. Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 04 de Julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Bom, primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Alexandrina e José Geraldo, por tudo que eles proporcionaram pra mim ao longo da minha vida! A experiência da universidade, o amadurecimento de sair de casa e desbravar um lugar na “cara e na coragem”, e ter a certeza de que estariam atrás de mim me dando todo o suporte necessário, respeitando minhas escolhas e sempre as apoiando, me traz um sentimento de gratidão imenso. Eu amo vocês mais que tudo, e obrigado por serem os melhores pais que eu poderia ter.

Gostaria de agradecer profundamente ao meu padrasto, Paulo, que sempre esteve ao meu lado, como meu segundo pai; nossas conversas com aquela cervejinha muito me engradeceram durante minha graduação. Aos meus irmãos, Ana, João Paulo e João Augusto, por ser sempre minha maior saudade, mas que nos poucos momentos no conforto da minha casa sempre estiveram ao meu lado, eu espero que nosso amor e nossa união sejam eternos.

Ao meu orientador, Huáscar, que várias vezes conseguiu me tranquilizar nos meus momentos de nervosismo, sempre buscou realizar o melhor trabalho possível comigo, mesmo eu caindo de paraquedas na sua orientação. Te admiro muito como profissional e a maneira como o senhor desenvolve a relação com os alunos.

A minha namorada, Maria, que sem dúvidas tem grande importância nesse trabalho, sempre com discussões muito inteligentes, por ter me apresentado esse autor que tanto aprendemos a gostar. Não poderia me imaginar sem você amor, você foi a melhor companheira que eu poderia imaginar. Eu te amo!

Aos meus amigos da graduação de uma maneira geral, e em especial ao Alec, Pedrão, Otávio, Dari e Matheus, por toda nossa parceria durante esses anos, pelas brincadeiras e brigas hahaha. Espero que nossa amizade perdure para sempre, independente da nossa caminhada. Desejo sempre muito sucesso a vocês!

Por fim, a toda minha família, que não é pequena, por todo apoio, suporte, natais e anos novos. A base de tudo é a família, e graças a Deus vocês são a minha!

A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riquezas apenas para alguns privilegiados.

Leonel Brizola

RESUMO

O desenvolvimento econômico comumente vem sendo comparado pelos países, apenas por um aspecto: a renda per capita. Este tipo de comparação se apresenta muito simplista, deixando de considerar variáveis que podem ser relevantes, como desigualdade de renda, a diferença de tratamento entre os sexos, a pobreza etc. Dessa forma, este trabalho buscou apresentar outra teoria, criada por Amartya Sen, para o desenvolvimento, pautada nas liberdades individuais; que se traduzem em maiores capacidades para que as pessoas possam levar a vida que julgam ser boa, dando um pouco mais de atenção para questões de cunho social. Primeiramente são apresentados os principais conceitos da ideia de liberdade; e se discute brevemente algumas teorias sobre justiça. Em um segundo momento, estuda-se algumas maneiras de privações dessas liberdades, apresentando problemas e quais seriam as consequências de uma mudança no foco das políticas públicas. Por fim, apresentam-se críticas tangentes a tal teoria, e discute-se a relevância dessas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Social. Amartya Sen. Desenvolvimento como Liberdade. Privações de Liberdade. Capacidades.

ABSTRACT

The economic development is usually compared by countries, regarding one aspect: income per capita. That comparison seems very simplistic, failing to consider some important variables that can be relevant, like income inequality, the difference in treatment between the gender, the poverty etc. In this way, this paper presents another theory, developed by Amartya Sen, which is based on individual freedoms; those resulting in better opportunities that make it possible for people to live life in the way they want to, giving more attention to social questions. Firstly, it is presented the main concepts to understand the idea of freedom and some justice theory is briefly discussed. Secondly, some ways of deprivation are examined, showing some problems and the consequences of a change of public policies focus. Finally, some criticism concerning to that theory are presented, and then the relevance of these counterpoints is discussed.

Keywords: Economic Development. Social Development. Development as Freedom.

Amartya Sen. Deprivation of Liberties. Capabilities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 LIBERDADE, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO	11
2.1 LIBERDADE	11
2.2 JUSTIÇA	18
2.2.1 Justiça na teoria utilitarista	18
2.2.2 Justiça para Rawls	20
2.2.3 Teoria libertária de Nozick	22
3 MANEIRAS DE PRIVAÇÃO DAS LIBERDADES.....	25
3.1 POBREZA COMO PRIVAÇÃO.....	25
3.2 A LIBERDADE DO MERCADO	28
3.3 O PAPEL DA DEMOCRACIA NAS LIBERDADES.....	31
3.4 FOMES COLETIVAS.....	35
3.5 A CONDIÇÃO DE AGENTE DA MULHER	38
4 AS CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A AMARTYA SEN.....	41
4.1 A CRÍTICA DE ARROW	41
4.2 A CRÍTICA DOS ACONTECIMENTOS IMPREMEDITADOS.....	43
4.3 A CRÍTICA DO EGOÍSMO	44
4.4 A CRÍTICA DA RESPONSABILIDADE DOS ATOS	45
4.5 A CRÍTICA AOS TERMOS SENIANOS	47
4.6 A CRÍTICA DA APLICABILIDADE.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Amartya Kumar Sen, nascido em 3 de Novembro de 1933, é atualmente Professor de Filosofia e de Economia na Universidade de Harvard. O seu nome ganhou notoriedade internacional quando em 1998 ganhou o Prémio Nobel da Economia. Nascido em Santiniketan, na Índia, Amartya Sen estudou no Presidency College em Calcutá, Índia, e no Trinity College, em Cambridge, mantendo a cidadania indiana.

Professor de Economia Política na Universidade de Oxford tendo antes leccionado na Universidade de Deli e na London School of Economics. Foi Presidente honorário da OXFAM, uma confederação internacional de referência englobando 14 organizações não-governamentais que trabalham conjuntamente em 99 países de todo o mundo de modo a encontrar respostas duradouras para minorar os problemas da pobreza e da injustiça.

Nos dias de hoje é sabido o tamanho das desigualdades entre os países, os considerados desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Essa mensuração de desenvolvimento dos países é feita através de apenas uma variável: a renda per capita. Porém, como se pode comparar países como um todo? Sabe-se do tamanho continental de alguns deles e a da tamanha desigualdade interna que existe, sendo assim, seria correto fazer uma comparação de desenvolvimento simplificando ao máximo essa medida?

A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da qual Sen participou, foi um passo mais realista para comparação entre as nações, passando a incluir no método duas variáveis que podem medir outros aspectos além da renda: expectativa de vida – que tenta mensurar questões de saúde – e níveis educacionais.

Apresenta-se então outra ótica para a problematização, a teoria das liberdades, criada por Amartya. As liberdades substantivas individuais representam as oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida que consideram boa. Mas como fazer isso se elas nem mesmo têm acesso à saúde de qualidade ou educação? Como fazer isso, se existe certa discriminação quanto à cor da sua pele, ou ao sexo?

A desigualdade, não se referindo apenas à desigualdade de renda, acaba por privar liberdades, tornando as pessoas mais necessitadas – os pobres – marginalizadas e incapazes de ter uma vida melhor, ou mesmo de progredir em sua vida.

O *trade-off* quanto a investimento nas áreas consideradas básicas, de cunho social, e crescimento econômico é comumente adotado por aqueles que não são necessitados. As liberdades substantivas, podendo ser entendidas rasamente aqui como as condições mínimas de vida – e essas precisam ser de fácil acesso à toda população -, devem ser entendidas não apenas como resultante de um processo de desenvolvimento, mas é parte constituinte deste.

Em suma, o objetivo principal deste trabalho é estudar este outro modo de se caracterizar o desenvolvimento das nações. O aprofundamento na teoria seniana se coloca como uma importante alternativa para os modelos mais utilizados na avaliação e comparação entre países, pois atribue muitos aspectos voltados aos indivíduos e incorpora a proteção social mais forte. Buscou-se de início pincelar a teoria de justiça de Amartya para embasar algumas de suas argumentações posteriores; tendo como foco principal do trabalho a teoria das liberdades. Também foi estudado alguns casos de privações de liberdades substantivas e a maneira como uma mudança no foco das políticas públicas pode ser de grande relevância na nossa sociedade atual. Por fim, observaram-se alguns contrapontos à toda essa teoria e verificar quais críticas são relevantes e quais são facilmente combatidas.

Assim, o presente trabalho está disposto em três partes principais: a primeira é a apresentação das principais ideias de liberdade e justiça para Sen, e a apresentação de outras teorias mais utilizadas, se fazendo comparações e contrapontos; a segunda está relacionada a mecanismos e maneiras de privação das liberdades, sendo aprofundadas questões referentes a cada um dos tópicos e como eles se adequam a teoria das liberdades; e a terceira, apresenta críticas às teorias de desenvolvimento social e à própria teoria seniana.

Como um trabalho na área de economia, procurou-se trazer ao debate econômico olhares mais sociais. O economista tem a responsabilidade muito grande de gerir recursos finitos para demandas infinitas, e não se deve deixar de olhar nunca para o indivíduo, buscando sempre uma melhor alocação de recursos para toda a sociedade.

2 LIBERDADE, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO

No presente capítulo busca-se apresentar as principais ideias sobre os conceitos de liberdade, justiça e desenvolvimento econômico; ideias essas que são a base para a compreensão dos argumentos apresentados posteriormente. Os conceitos são abordados de diferentes formas por diferentes autores na literatura, e aqui serão apresentadas as ideias de Amartya Sen quanto aos mesmos, comparando-as com visões de outros autores. O capítulo, dividido em Liberdade e Justiça, tange a todo o momento ao conceito seniano de desenvolvimento.

No que tange a importância desse trabalho, mostramos algumas teorias e apresentamos, ainda que rasamente, os modelos. Fechar o cerco em torno de apenas uma perspectiva seja ela renda, utilidade ou qualquer outra, não resolve o problema, por mais que simplifique o processo. Essa simplificação acaba por, demasiadamente, restringir as relações humanas a um ponto que a torna supérflua demais.

A *priori* será apresentada a ideia de liberdade para o autor, na qual se baseia esse trabalho. Serão discutidos alguns pontos sobre como as liberdades podem levar uma nação ao desenvolvimento, e apresentadas as cinco categorias de liberdades instrumentais que formam uma teia em prol do desenvolvimento.

Em um segundo momento, concernente às teorias de justiça, são apresentadas três delas: utilitarista, rawlasiana e nozickiana. Pretende-se fazer um breve relato de tais teorias, e apresentar críticas de Amartya quanto a elas, sem se aprofundar nas mesmas, pois ainda que sejam importantes para a ambientação do que será apresentado posteriormente, elas não são o foco deste debate.

2.1 LIBERDADE

A ideia de Amartya Sen sobre liberdade que será adotada aqui é como parte constituinte do desenvolvimento, e não apenas como consequência de um processo desenvolvimentista. Assim sendo, as liberdades de processos e oportunidades não estão apenas ligadas a um resultado desenvolvimentista sólido, mas sim à ideia de que são elementos constitutivos básicos para que este seja alcançado. Para o autor,

é principalmente uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o *fim primordial* e (2) o *principal meio* do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.¹

Sabe-se que, hoje, o dinheiro é colocado como protagonista para praticamente todas as situações. Porém, pode-se indagar sobre qual é de fato o papel dele para obtenção dos prazeres sob duas perspectivas: busca-se apenas a concentração de riqueza econômica, puramente para ter mais dinheiro; ou buscam-se mais riquezas para que elas proporcionem mais condições para que se tenha a vida que realmente se queira levar?

Tem-se então que o principal papel da riqueza é propiciar mais facilidades para as pessoas, e assim proporcionar uma vida melhor de acordo com o que cada indivíduo considera mais valioso.

As privações de liberdades englobam milhares de pessoas em todo o mundo, e quando o assunto é privação de liberdade tem-se a ideia da falta de liberdade política e de expressão, apenas. Será visto adiante mais detalhadamente que esses são apenas dois dos diversos outros fatores (como educação, condições de saúde, desigualdades de renda e de sexo etc.) que privam liberdades individuais e contribuem para uma vivência desigual.

Assim, pode-se colocar que o conceito de liberdade aqui é visto não só pela maneira como as pessoas podem escolher suas ações. Mas também de que modo, as oportunidades que cada um tem são refletidas em maiores liberdades, e a falta dessas escolhas é capaz de gerar a privação.

Um conceito importante na obra de Sen são as capacidades dos indivíduos. As “capacidades” de uma pessoa são as maneiras como a mesma pode escolher viver sua vida, de um modo possível e factível para ela. Pessoas distintas podem escolher levar o mesmo estilo de vida, mesmo tendo “capacidades” diferentes, por exemplo, alguém que escolher comer muito pouco por viver fazendo dietas - assim

¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 55.

sendo esta é uma escolha de preferência da mesma -; contrastando com uma pessoa muito pobre cujas capacidades não lhe permitem uma alimentação melhor.²

Da mesma maneira, é importante colocar o conceito de “intitulentos” na teoria seniana. “O intitlamento de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa.”³ Assim, intitulentos estão ligados à ideia do que as pessoas tem acesso, e serão necessários para a obtenção de capacidades individuais.

Tendo que as liberdades são elementos constitutivos básicos, a expansão das capacidades individuais torna-se primordial para o desenvolvimento, e se pode colocar que políticas públicas devam ser responsáveis por um aumento das capacidades participativas. O enfoque nas liberdades foge do comumente colocado na teoria econômica, onde a utilidade, liberdade processual e renda real aparecem com maior frequência para dimensionamento do potencial de uma sociedade.

Entra aqui um termo muito importante na obra de Amartya Sen, a condição de agente. No contexto, o termo não tem o mesmo significado do utilizado na economia ortodoxa, e sim representa a maneira como o indivíduo age através de suas liberdades e seus próprios valores e objetivos. Nas palavras do mesmo,

[...] alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de avaliarmos ou não também segundo algum critério externo.⁴

As liberdades instrumentais, consideradas como principais meios para o desenvolvimento, formam em conjunto determinada liberdade global que propicia ao indivíduo a oportunidade de levar a vida como ele deseja. Sen simplifica as liberdades instrumentais tentando classificá-las em cinco categorias: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências

² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 105-106.

³ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 57.

⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 34.

e segurança protetora, sendo importantes isoladamente e tendo, ao mesmo tempo, caráter complementar.

A primeira categoria, liberdades políticas, está relacionada às oportunidades que os indivíduos têm para determinar seus governantes, escolhendo a opção que mais lhes parece de acordo com seus princípios, à liberdade de fiscalizar e criticar as autoridades, à liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura. Em suma, versa sobre o direito de ser ativo politicamente.⁵

Assim, a liberdade política se mostra importante quanto à representatividade e o direito de se expressar, asseguradas por ordens políticas e institucionais bem estruturadas. Além disso, Sen traz a relação direta entre as liberdades políticas e o sistema democrático de Estado, e entende que “desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento”⁶.

Na sequência, temos as facilidades econômicas, relacionadas às oportunidades dos indivíduos de utilizar recursos econômicos para consumo, produção ou troca.⁷ Aqui está relacionado o termo da *desigualdade social*, e com o desenvolvimento da renda e riqueza de um país, sendo relevante a maneira como esse acréscimo de riqueza será distribuído entre a população. As autoras Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa e Maria Cristina Paiva Santiago relacionam liberdades econômicas e desenvolvimento:

Facilidades econômicas são, de maneira geral, as oportunidades de participar no comércio e na produção. Dizem respeito às capacidades que os indivíduos dispõem para utilizar recursos econômicos para produção, consumo ou troca. As capacidades econômicas que uma pessoa possui dependem inicialmente dos recursos que dispõe, mas também de outras condições externas, tais como condições de troca e preços. Na perspectiva do desenvolvimento aqui adotada, na medida em que o processo de desenvolvimento de um país avança, com aumento de riqueza e renda, este deve refletir no crescimento das capacidades ou liberdades econômicas daqueles que nele habitam.⁸

⁵ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 195.

⁶ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 185.

⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 59.

⁸ COSTA, Ana Paula Correia de Albuquerque da. SANTIAGO, Maria Cristina Paiva. **Liberdades substantivas, planejamento familiar e reprodução humana assistida: análise à luz da perspectiva de Amartya Sen**. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UFOB. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=96b6715edb4b085b>> Acesso em 25 de Maio de 2018.

Aqui se mostra um papel muito importante do Estado para gerir a renda disponível de uma nação. A forma utilizada para tentar diminuir as discrepâncias é de suma importância: o Estado deve ter uma política distributiva de renda, que enseje a capacitação de agência dos indivíduos, de forma que a proposição feita pela teoria de Lee⁹ (“entre ter liberdades políticas e satisfazer necessidades econômicas, eles invariavelmente escolherão a segunda alternativa”¹⁰) seja contradita, permitindo liberdades de escolhas igualitárias, para que tanto os mais quanto para os menos favorecidos possam participar da vida política de uma nação. Eventualmente, os que não consigam se prover dessas facilidades, acabarão se utilizando de uma outra categoria de liberdade, a segurança protetora, que será tratada em breve.

As oportunidades sociais estão voltadas às oportunidades que a sociedade tem quanto à educação, saúde etc. Esse instrumento de liberdade é de crucial importância, pois uma privação do mesmo pode acarretar em supressão de outras liberdades. Por exemplo, uma pessoa analfabeta terá certa privação política por não saber ler jornais, ou privação econômica por não ser capaz de ler e escrever, o que pode tirá-lo de oportunidades no mercado de trabalho.¹¹

Esta liberdade instrumental pode ser taxada como uma das mais importantes para um processo de desenvolvimento via liberdades. Isto porque está relacionada com uma maior oportunidade para diferentes relações em um meio social, dando condições para que o indivíduo perceba suas outras liberdades instrumentais. Por exemplo, como será tratado mais detalhadamente em um

⁹ A tese de Lee (“atribuída em algumas formas ao ex-primeiro-ministro de Cingapura, Lee Yuan Yew) prega que liberdades políticas e direitos civis básicos podem ser suprimidos, pois sua negação “ajuda a estimular o crescimento econômico e é “benéfica” para o desenvolvimento econômico rápido”, além de promover este último. A frase citada no texto é arrazoada pelo argumento de que “a questão, de fato, não é tanto o que as pessoas realmente escolhem, mas o que elas têm *razão* para escolher. Como as pessoas têm razão para querer eliminar, antes de mais nada, a privação econômica e a miséria, têm razão suficiente para não fazer questão das liberdades políticas, que estorvariam suas prioridades reais” SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 196. Sen cita como exemplo nas páginas 199-200, eleições indianas que provam errôneas as presunções da tese de Lee.

¹⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 196

¹¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 59-60.

momento oportuno, maiores níveis educacionais para as mulheres influenciam a voz que elas têm dentro de casa na tomada de decisão, refletindo, por exemplo, em menores taxas de mortalidade infantil e podendo mudar a maneira como elas querem viver:

Um aumento da taxa bruta de alfabetização feminina de, digamos, 22% (o número real para a Índia) para 75% reduz o valor previsto da mortalidade combinada de meninos e meninas menores de 5 anos de 156 por mil (novamente, os valores reais de 1981) para 110 por mil.¹²

A mesma realidade é também observada no Brasil. Em uma pesquisa recente comprovou-se que a cada 10% de diminuição do analfabetismo feminino, há uma redução em 6,8% da mortalidade infantil¹³.

A quarta categoria, garantias de transparência, esta relacionada à sinceridade que as pessoas esperam, por exemplo, na interação social, com a garantia de que as outras pessoas estarão falando a verdade e com clareza. Tem grande papel instrumental no desenvolvimento quando se pensa em corrupção e irresponsabilidade financeira.¹⁴

Aqui, a imprensa adquire função fundamental como fiscalizador e meio para a valorização da transparência. Possui também papel informativo para toda a população, inclusive os “negligenciados e desfavorecidos”, podendo, segundo Amartya, “desenterrar a informação que de outro modo teria passado despercebida ou permanecido desconhecida”¹⁵.

Por fim temos a segurança protetora, relacionada à segurança social em casos de anormalidade na vida dos indivíduos. Isto impede que a parte afetada acabe por ter suas liberdades privadas, levando-a a condições caóticas como miséria e fome. Pode ser ilustrada em políticas como benefícios aos desempregados

¹² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 256-57.

¹³ MACINKO, James; GUANAIS, Frederico C; SOUZA, Maria de Fatima Marinho de. **Uma avaliação do impacto do PSF na mortalidade infantil no Brasil, 1990-2002**. Brasília: MS/SVS, 2006.

¹⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010. P. 60.

¹⁵ SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 310

e transferência de renda para os mais necessitados.¹⁶ Segundo Neuro José Zambam, esta liberdade:

refere-se àqueles mecanismos institucionais, permanentes ou emergenciais, cujo objetivo é impedir que a população (ou parte dela) tenha sua vida inviabilizada ou reduzida a condições de pobreza extrema. As medidas institucionais à disposição da população são de seguridade social, porque beneficiam a população quando em situação de risco, por exemplo, quando ocorrem períodos de grande carência de recursos ou em razão de desastres ambientais, como enchentes, períodos prolongados de seca, entre outros; também preventivas, quando têm como objetivo a prevenção de situações específicas, por exemplo, programas de apoio às vítimas do desemprego, vacinação em massa ou destinação de grande volume de recursos para a solução ou minimização de certas deficiências sociais, como moradia ou infraestrutura.¹⁷

É nesta segurança que os indivíduos deveriam se apoiar em momentos não convencionais e períodos de anormalidades. A presença dessa liberdade instrumental traz ao agente a segurança de saber que, mesmo em períodos onde algo possa afetá-lo, como no caso de um agricultor durante um período de seca, ele terá formas de auxílio.

As relações entre as liberdades instrumentais podem levar ao desenvolvimento de uma nação, aumentando diretamente as capacidades das pessoas. O crescimento econômico deve ajudar não só no que tange o aumento da renda e da riqueza, mas também deve estar ligado ao maior financiamento do Estado para políticas de seguridade social e maior grau de investimentos em saúde e educação, por exemplo.

Um aumento na educação pode ter reflexos até mesmo em questões de saúde pública, como no exemplo da redução da taxa de mortalidade infantil. Como será explorado mais adiante, maiores gastos em educação comumente estão relacionados a maiores níveis renda em um momento posterior.

¹⁶ SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 310

¹⁷ ZAMBAM, Neuro José. **A teoria da Justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009, p. 35.

2.2 JUSTIÇA

2.2.1 Justiça na teoria utilitarista

Por a teoria utilitarista ter sido moldada para uma versão matemática, adquire-se a ideia de que uma comparação interpessoal, de utilidades, referentes a uma escolha de mercadorias seja de certa forma aceitável. Esta até pode ser para uma análise do comportamento de consumo separadamente, porém por mais matemática que seja essa “equação”, pouco pode ser afirmado sobre a comparação de prazeres das pessoas, mesmo que todas as pessoas possuam a mesma função de demanda.

A teoria utilitarista que é pautada pela utilidade advinda da aquisição de uma cesta de bens, comumente adotada na economia, sendo traduzida, a utilidade, em felicidade, e ou prazer. Porém o subjetivismo da escolha baseada em algo de medida mental, como prazer e felicidade, tem sido substituído por representações numéricas, sendo a utilidade hoje vista como nada mais que a representação da preferência de uma pessoa. Cícero Oliveira apresenta a definição que segue:

o utilitarismo define a utilidade ou o útil com referência ao derradeiro fim das ações, que em sintonia com a tradição ética teleológica, mas também com o princípio moral formulado por Bentham (o Princípio da Maior Felicidade ou interesse), é igualmente identificado como bem e com a felicidade do maior número de pessoas.¹⁸

Podendo ser avaliada a partir de três componentes: a) “consequencialismo”, através do qual todas as escolhas devem ser julgadas com base nas consequências que elas trarão; b) “welfarismo”, juízos sobre os estados das coisas à utilidade em cada lugar; c) “ranking pela soma”, que são as utilidades de diferentes pessoas somadas, obtendo assim uma utilidade global, sem se importar com a distribuição dessa utilidade, buscando sempre a maximizar o bem-estar social.

Assim sendo, principalmente pelo terceiro componente, na visão utilitarista a injustiça se dá quando uma sociedade é menos feliz do que poderia ser de maneira

¹⁸ OLIVEIRA, Cícero. **O utilitarismo em John Stuart Mill**. Dissertativo Revista de Filosofia, v. 41. Pelotas: 2015, p. 11-29.

global, não tendo o foco no indivíduo separadamente. Essa consideração nos mostra que em sociedades desiguais internamente, a desigualdade presente entre os membros não será refletida na avaliação, pois esconde informações relevantes, como a diferença de “felicidade” trazida por cestas. Sobre a importância do que se é levado em consideração em métodos avaliativos, Sen explana:

Em grande medida, cada abordagem avaliatória pode ser caracterizada segundo sua base informacional: as informações que são necessárias para formar juízos usando essa abordagem e – não menos importante – as informações que são ‘excluídas’ de um papel avaliatório direto nessa abordagem. As *exclusões* informacionais são componentes importantes de uma abordagem avaliatória.¹⁹

Mesmo numericamente é muito difícil fazer comparações interpessoais de escolha de mercadorias. Isso se dá, pois, mesmo que as preferências, renda e situação sejam semelhantes, a utilidade proporcionada por determinada cesta de mercadorias poderá não ser a mesma entre duas pessoas. Por exemplo, pode ser que uma pessoa doente não se beneficie da mesma maneira de uma mesma cesta de mercadorias, ainda que as preferências, renda e quantidade sejam as mesmas que a cesta de outra pessoa.

Essa representação matemática da utilidade torna possível, apenas, uma comparação entre as mercadorias obtidas – ou o que se pode comprar com determinada renda -, e de modo algum considera outros aspectos, como o objetivo desse trabalho que é estudar as questões de oportunidades e desigualdades. No mais, esse modelo é tampouco capaz de comparar a utilidade trazida para as pessoas.

[...] não é um mérito do utilitarismo clássico sua valorização apenas do prazer, sem demonstrar nenhum interesse direto por liberdade, direitos, criatividade ou condições de vida reais. Insistir no conforto mecânico de ter apenas uma “coisa boa” homogênea seria negar nossa humanidade como criaturas racionais. É como procurar facilitar a vida do cozinheiro determinando algo de que nós todos gostemos – e de que gostemos *exclusivamente* – ou alguma qualidade única que todos nós devamos tentar maximizar (como o teor de sal da comida).²⁰

¹⁹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 80-81.

²⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 107.

Conclui-se assim que a teoria utilitarista exclui alguns aspectos considerados importantes, principalmente quando se fala de desenvolvimento através de liberdades, como a avaliação individual frente à coletiva. Logo avaliações por este método podem vir a ser superficiais em demasia.

2.2.2 Justiça para Rawls

A Teoria de Justiça de John Rawls pode ser entendida a partir da ideia de construção na qual há o desenvolvimento de uma teoria voltada à concepção de valores sociais. Esses valores devem ser construídos sobre a forma mais razoável, sendo considerado dentro de um pluralismo moral, que pode ser entendida como uma característica eminente da presente sociedade que se vivencia. Sobre a relação entre o ideal de justiça e a liberdade:

A justiça é a virtude primeira das instituições sociais, assim como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Por mais elegante e econômica que seja, deve-se rejeitar ou retificar a teoria que não seja verdadeira; da mesma maneira que as leis e as instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformuladas ou abolidas se forem injustas. Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem o bem-estar de toda a sociedade pode desconsiderar. Por isso, a justiça nega que a perda da liberdade de alguns se justifique por um bem maior desfrutado por outros. Não permite que os sacrifícios impostos a poucos sejam contrabalançados pelo número maior de vantagens de que desfrutam muitos. Por conseguinte, na sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas irrevogáveis, os direitos garantidos pela justiça não estão sujeitos a negociações políticas nem ao cálculo de interesses sociais.²¹

É preciso vislumbrar os ideais de Rawls sobre uma sociedade liberal-democrática justa, que para ele seria aquela que teria os arranjos institucionais básicos, ou seja, a estrutura básica da sociedade, direcionados e que lhe dariam a existência, mesmo ainda que não diretamente, mas sim de forma aproximada, aos princípios de justiça que ele elenca:

²¹ RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.4.

1. Cada pessoa tem o mesmo direito a um esquema plenamente apropriado de liberdades básicas iguais, desde que seja compatível com a garantia de um esquema idêntico para todos; e
2. As desigualdades sociais e econômicas somente se justificam se duas condições forem satisfeitas: (a) se estiverem vinculadas a posições e cargos abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidade; e (b) se forem estabelecidas para o máximo benefício possível dos membros da sociedade que se encontrarem na posição mais desfavorável (princípio de diferença)²²

Em sua teoria, Rawls coloca que as liberdades formais devem ter prioridade absoluta em uma sociedade. Sendo assim, essas teriam prioridade total sobre as demais liberdades e necessidades dos indivíduos.²³

A crítica seniana está nesse ponto de “total prioridade” e de “absoluta primazia”.²⁴ O autor considera que esse argumento em favor de uma total priorização é passível de questionamentos quando se demonstra e se compara a outras considerações, principalmente ao realizar esse paralelo em situações de extrema necessidade, observa-se o questionamento: “Por que o peso das necessidades econômicas intensas, que podem ser questões de vida ou morte, deveria ser inferior ao das liberdades formais pessoais?”²⁵

Dessa forma, o que se discute e a questão que se evidencia não é a ideia da total preferência. O que se deve observar é se a liberdade formal de uma pessoa deve possuir (e ser considerada assim) a mesma importância (ou tipo de importância) que a de outros tipos de vantagens pessoais, rendas, utilidades, entre outros. Nas palavras de Sen:

Se a “prioridade da liberdade formal” tem de ser tornada plausível mesmo no contexto de países que são intensamente pobres, o conteúdo dessa prioridade teria de ser, a meu ver, consideravelmente restrito. Isso, porém, não equivale dizer que a liberdade formal não deva ter prioridade, e sim que a forma dessa exigência não deva ter o efeito de fazer com que as necessidades econômicas sejam facilmente desconsideradas.²⁶

²² VITA, Álvaro de. Uma concepção liberal-igualitária de justiça distributiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 1999, vol.14, n.39.

²³ RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 22.

²⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 84.

²⁵ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 84.

²⁶ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 91.

Assim, a crítica de Sen está relacionada à questão de colocar as liberdades formais em primeiro plano sem uma análise das condições gerais de uma sociedade.

Apesar dessa teoria de justiça conviver com a desigualdade, ela adota a premissa do igualitarismo. Para Amartya, por conta da natureza humana que traz diversidade em muitos aspectos, a busca em se tentar igualar indivíduos diferentes, sempre resultará alguma desigualdade.²⁷

2.2.3 Teoria libertária de Nozick

A teoria do norte-americano defende a presença de um Estado mínimo, restrito apenas à segurança da sociedade e assegurando o cumprimento dos contratos dentro da mesma; não sendo justificado um Estado mais inchado, que interferiria no direito das pessoas em fazer o que bem entenderem.

Para Nozick a redistribuição de riqueza, o que Sen coloca como algo importante como veremos mais para frente, é um ato imoral. Sua teoria de propriedade está centrada em três princípios: aquisição, transferência e compensação. Estes princípios asseguram a ideia de que toda distribuição é justa quando é seguida por outra distribuição justa.

[...] ao apropriarmos-nos de algo que não era possuído por ninguém e compensarmos a outros de maneira razoável pelas perdas que isto lhe ocasionará, estamos atuando legitimamente, de acordo com o “princípio da aquisição”. De posse e com direito indiscutível do bem, podemos fazer com ele o que desejarmos e sem qualquer tipo de: vendê-lo, usá-lo ou destruí-lo, conforme o ‘princípio da transferência’. Há, entretanto, de se compensar aqueles cujos direitos não foram contemplados na apropriação original ou nas sucessivas transferências, de acordo com o “princípio da compensação”.²⁸

A justiça no modelo está ligada a ideia de que fatos, circunstâncias e ações do passado podem produzir direitos diferentes entre as pessoas, que merecem de maneira diferente a propriedade das coisas.

²⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 80-83.

²⁸ CORREA JUNIOR, Carlos Barbosa. **As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012, p. 53.

O mesmo ainda defende que sistemas redistributivos, como socialismo e social-democracia, são injustos por não estarem pautados nos três princípios já mencionados, não garantindo os direitos que os mesmo garantem. O “liberalismo econômico” pautado na garantia de propriedade, considerando a concorrência, relações de mercado e relações de troca, seria a melhor escolha para ditar as regras básicas do convívio social e são as bases dessa teoria de justiça.²⁹

Na teoria nozickiana, a liberdade formal é vista como prioritária, e assim ele acredita que os intitulentos que as pessoas obtém através do uso dos direitos formais não devem possuir maior importância aos efeitos de seus resultados. Em outras palavras, “inadmitindo que os direitos de determinados indivíduos sejam sacrificados ou deturpados em prol do bem-estar de outros”.³⁰

A prioridade inflexível dos direitos libertários pode ser particularmente problemática, pois as consequências reais da operação desses intitulentos podem incluir resultados terríveis. Em particular, pode conduzir à violação da liberdade substantiva dos indivíduos para realizar as coisas às quais eles têm razão para atribuir enorme importância, como escapar à mortalidade evitável, ser bem nutrido e sadio e saber ler, escrever e contar etc. A importância dessas liberdades substantivas não pode ser descartada com a justificativa da “prioridade da liberdade formal”.³¹

Sen argumenta que mesmo os direitos formais não sendo violados é possível que as liberdades substantivas individuais sejam, e com a privação de algumas delas, a mínima condição de vida não seja respeitada. Continua questionando a prioridade dada aos direitos formais em casos de catástrofes, “mesmo se for atribuído um peso especial à liberdade formal, é muito implausível afirmar que ela teria uma prioridade tão absoluta e inflexível como a que as teorias libertárias insistem em lhe dar”.³²

²⁹ CORREA JUNIOR, Carlos Barbosa . **As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012, p. 53.

³⁰ RIBEIRO BALERA, João Eduardo. **Robert Nozick e sua Teoria Política: Seria uma abordagem razoável para a Sociedade contemporânea?** Revista de Filosofia [online]. Dezembro/2015, v.12, n.2, p. 105.

³¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 93.

³² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 94.

As críticas de Amartya vão no sentido de que não apenas as liberdades formais devem ser respeitadas, pois nem sempre elas são suficientes para a manutenção de uma mínima qualidade de vida. Mesmo que respeitado os direitos formais, é possível que liberdades substantivas sejam privadas, fazendo com que a prioridade por direitos formais seja deixada de lado em momentos de pânico, por exemplo. Com o convívio em sociedade nem sempre é possível assegurar os direitos de todos diante de algumas situações.

3 MANEIRAS DE PRIVAÇÃO DAS LIBERDADES

Neste capítulo se apresentará algumas maneiras de privação das liberdades e qual o papel de alguns mecanismos, como o de mercado e a democracia, na teoria seniana. Em todos os tópicos será discutida a forma de privação, e se buscará as consequências de uma mudança de foco.

3.1 POBREZA COMO PRIVAÇÃO

A pobreza precisa ser vista não somente quanto a um baixo nível de renda, mas como uma maneira de privação das capacidades básicas. Essa visão de desenvolvimento não tenta colocar a pobreza de renda como não-pobreza, mas sim demonstrar que a condição de renda é mais um dos seus componentes.

Mesmo sendo importante distinguir conceitualmente pobreza como privação de capacidades e pobreza como baixa renda, é necessário enfatizar que estão vinculadas, pois renda é meio para obtenção de capacidades. Espera-se também que um aumento de capacidades seja acompanhado de um aumento de renda, por conta dos fatores de bem-estar trazidos pelo aumento dessas, tornando a sociedade mais produtiva.

Amartya coloca um exemplo da diferença das capacidades entre negros e brancos americanos, mesmo tendo renda comparativamente maior a outras regiões do mundo, os negros tem parte de suas liberdades oprimidas por aspectos raciais,

Mas a renda é o espaço certo para fazer comparações? E quanto à capacidade básica de viver até uma idade madura, sem sucumbir à morte prematura? [...] os homens afro-americanos estão muito atrás dos homens chineses, imensamente mais pobres, ou dos homens do Estado indiano de Kerala.³³

A diferença comparativa entre desigualdade de renda e de capacidades pode ser visto em casos de altas taxas de desemprego. Se o único mal trazido pelo

³³ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 132.

desemprego fosse a falta de renda, políticas de distribuição de renda, como auxílios para esses desempregados, resolveriam o problema, considerando-se apenas esse aspecto e negligenciando questões fiscais, por exemplo. Porém, é claro que a falta de renda não é o único fator negativo do desemprego - embora possa ser o principal -, outros males como danos psicológicos, motivacionais e de autoconfiança também podem ser vistos nesses momentos. Ainda sobre a pobreza pelas capacidades,

Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país generalizadamente opulento, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social.³⁴

O contraste aqui se dá pela diferença notável entre os sistemas de saúde americano e o europeu. Enquanto o primeiro cobra taxas altíssimas, o segundo costuma ofertá-lo de forma gratuita. Assim ainda que os negros americanos apresentem renda maior que a média de outros países europeus, as capacidades deles estão aquém das de indivíduos europeus.

Seguindo assim, os argumentos para olharmos desta outra maneira para o conceito de pobreza,

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termo de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*).
- 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).³⁵

O terceiro argumento está bem ligado com a ação pública, reduzindo níveis de desigualdade e pobreza. O peso da renda baixa pode ser diferente de acordo com variáveis que alterem os custos das pessoas, podendo interferir nas capacidades que as mesmas têm com determinado nível de renda. Fatores como

³⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.123.

³⁵ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 120-121.

idade, papéis sexuais e sociais, localização, doenças, entre outros, influem na maneira como as pessoas precisam despende do seu dinheiro, assim, mesmo igualando rendas, pessoas diferentes não terão as mesmas capacidades.

É importante colocar que a superação da pobreza de renda não deve ser a motivação de políticas de combate à pobreza. Políticas de investimento em saúde e educação, por exemplo, não devem ser justificadas por um resultado futuro de aumento de renda, pois estaria confundindo os fins com os meios. Tais políticas devem ser relacionadas com um aumento das capacidades básicas do ser humano que, por sua vez, são acompanhadas de uma melhor produtividade, e esse aumento sim, seria o responsável pelo aumento no nível de renda.

Por tanto, outros fatores podem estar presentes na conversão de renda em capacidades, dando a renda um papel secundário, visto que a mesma não trará mais capacidades. Isso tudo faz com que a pobreza real seja muito mais complexa do que apenas a abordagem de renda.

Outro argumento é a desproporcionalidade na utilização da renda dentro da própria família. Por exemplo, em sociedades mais machistas, onde o homem têm muito mais benefícios que as mulheres, essa diferença de alocação de recursos baseada no gênero faz com que o acesso a capacidades para os homens de uma família seja muito maior que o das mulheres. Essa diferenciação não é percebida em uma avaliação da renda. Martha Nussbaum se manifesta sobre a maneira como a liberdade individual é importante,

[...] a comunidade mundial deve proteger as liberdades individuais das pessoas, o qual inclui os seus direitos de escolher casar e formar uma família e vários outros direitos associados a esse. Mas a proteção das capacidades humanas dos membros das famílias são sempre primordiais. As milhares de meninas que morrem de negligência e falta de alimentos e cuidados essenciais não estão morrendo porque os Estados as perseguem; estão morrendo porque os seus pais não querem uma outra boca feminina para alimentar (e outro dote para pagar), e o Estado não tem feito o suficiente para proteger a vida feminina.³⁶

Mais adiante será discutida com maior profundidade a questão das privações das capacidades femininas. Fica claro que a maneira com uma sociedade

³⁶ NUSSBAUM, Martha C. **Beyond the Social Contract: Capabilities and Global Justice**. p. 23-24. Tradução própria.

se relaciona, e até mesmo as relações interfamiliares são muito importantes na maneira como os indivíduos vão alcançar suas capacidades. Deve-se assim, enxergar a pobreza não somente como falta de renda, mas também devemos considerar outros aspectos libertários, e onde ocorra a falta dele estará também a pobreza.

3.2 A LIBERDADE DO MERCADO

O sistema de mercado já é algo sólido quanto aos benefícios que acontecem no mesmo, principalmente por meio da prosperidade econômica geral. Políticas que restrinjam algumas oportunidades de mercado podem ser uma forma de minimizar a expansão das liberdades – aqui no sentido de liberalismo.

O argumento mais forte em favor da liberdade é o de que se tem, ou se deveria ter, liberdade para agir da nossa maneira, através dos nossos motivos, sejam eles quais forem. Comprar e vender, trocar, buscar o modo de vida que se julga ser o melhor para cada indivíduo; e assim, se deve olhar para o mecanismo de mercado, como liberdade, não observando somente os benefícios sobre renda, utilidade e afins.

No mercado de trabalho, por exemplo, a liberdade para procurar emprego da maneira que melhor lhe convém é muito importante. Mulheres, ainda hoje, sofrem no mercado de trabalho na busca por um cargo, mesmo sabendo que a participação feminina neste mercado é benéfica em vários aspectos, como a independência financeira das mesmas. Porém, ainda existem aspectos que as inibe da busca por sua profissão, como valores culturais nos quais mulheres devem cuidar da casa e dos filhos.

Entretanto, o mecanismo de mercado também tem suas falhas, e é onde se defende que exista alguma regulação. Podem ser citados trabalhos análogos à escravidão, que ainda existem, e o trabalho infantil; muitas das vezes ambos são uma maneira, talvez a única, de que o indivíduo tenha sua mínima necessidade atendida. Sob a ótica da renda pode-se concluir, de maneira grotesca e simplista por parte do autor deste trabalho, que existe uma elevação na renda, mas o mecanismo de mercado faz com que esses “empregados” sejam privados de muitas liberdades, afim de que tenham atendidas suas necessidades básicas.

No que condiz à eficiência de mercados, temos na teoria econômica clássica a busca pela maximização das utilidades, com base no “ótimo de Pareto” - definido em função da máxima utilidade individual de uma sociedade, onde para aumentar a de um indivíduo é necessário diminuir a de outro.

Nesse contexto, apresenta-se uma dificuldade por se viver em uma sociedade puramente egoísta no centro das decisões, onde cada um pensa exclusivamente nas suas realizações. Pareto exemplifica,

[...] certa medida A representa a perda de um franco por pessoa para um grupo de mil pessoas e um ganho de mil francos para um único indivíduo, este último envidará esforços imensos enquanto os primeiros resistirão debilmente; e é provável que, no final, a pessoa que está tentando assegurar os mil francos por meio de A venha a ter êxito.³⁷

Outro ponto quanto a total liberdade de mercado é a presença de grupos de interesses. Ao dominar certos mercados, estes grupos tendem a querer que a falta de concorrência permaneça para que continuem a auferir lucros exorbitantes.

A visão de liberdades acaba por transformar também o conceito de desigualdade, pois, como já mostrado, é evidente que as pessoas têm maneiras e objetivos diferentes para transformar renda em capacidades, como no caso de doentes e idosos; assim, “a ‘compensação’ necessária para as desvantagens variará e, ademais, algumas desvantagens podem não ser totalmente ‘corrigíveis’, mesmo com transferência de renda.”³⁸

Conclui-se então que o mecanismo de mercado, mesmo que seja para muitos a opção mais coerente para o progresso econômico, demonstra uma forte necessidade de regulação, para que as liberdades de todos os indivíduos sejam minimamente respeitadas. Quanto à análise de eficiência dos mercados, a ótica das liberdades pode ser uma boa saída para tal realização. Assim, não seria necessário olhar para as preferências individuais, e egoístas, mas sim para as liberdades substantivas que cada um pode desfrutar, proporcionadas pelo mecanismo de mercado.

³⁷ PARETO, Vilfredo. **Manual of Political Economy**. Nova York: Kelley, 1927, p.379. apud. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 163-164.

³⁸ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 99.

É preciso, de um modo geral, que políticas econômicas e de governo visem uma abrangência maior no que tange aos resultados. Discursos de liberalização da economia, ajuste da inflação e desemprego de modo isolado deixam de perseguir algo muito importante: liberdades para todos.

O enfoque das liberdades pode ser visto nos bens públicos - definidos como algo que não se pode comprar individualmente, atrelado à ideia de espaço comum a todos, ou até mesmo a ideia de ambiente, não só físico, dividido e influenciado por todos que ali fazem parte, e não podem ser comercializados no mercado. Por exemplo, quando se investe em educação, a educação pode ser comercializada individualmente para uma criança, porém o ambiente proporcionado pelo aumento dos níveis de educação, com grande chance de ser um ambiente mais desenvolvido e com melhorias sociais para todos, não o pode ser.

É nesse contexto que o papel do Estado se torna cada vez mais essencial. Em países em desenvolvimento, quando deixada a educação para o mercado, na iniciativa privada, tem-se uma maior segregação de níveis educacionais entre quem pode e quem não pode pagar, vide o caso brasileiro. Viu-se ocorrer de maneira diferente em economias do norte asiático, tais quais Japão e Coréia do Sul, considerados, hoje, desenvolvidos e detentores de altos níveis educacionais, onde tomaram o papel da educação totalmente para si. Adam Smith, um dos precursores da escola liberal, discorre sobre a importância do investimento público em educação, dizendo “com um gasto irrisório o governo pode facilitar, pode incentivar e pode até mesmo impor quase todo o povo a necessidade de adquirir as partes mais essenciais da educação”.³⁹

Muitos dos defensores do mecanismo de mercado criticam um Estado inflado na economia, muito por conta da responsabilidade fiscal. Acreditam que isso pode afetar a manutenção de uma estabilidade macroeconômica, através da ocorrência de déficits para controle da inflação, por exemplo. O questionamento a se levantar aqui é: a cega perseguição ao controle de preços valida a negligência de diversos outros fatores que geram certo custo social?

³⁹ Smith, Adam. **Wealth of Nations**. Op. cit., vol.1, livro 2, p.27, e vol. 5, livro 1, p.785. apud. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 163-164.

Um caso muito comum no cenário internacional são as divergências de políticas americanas e europeias, como já mencionado anteriormente. Europeus tendem a aceitar níveis inflacionários e de desemprego mais altos, ao passo em que se mantenham bons níveis de saúde e educação gratuitos; enquanto os americanos perseguem taxas de inflação baixas, e possuem, por exemplo, um sistema de saúde público quase inexistente.

O papel do dispêndio público na geração e garantia de muitas capacidades básicas requer atenção: ele deve ser considerado juntamente com a necessidade instrumental de estabilidade macroeconômica. Na verdade, essa necessidade deve ser avaliada dentro de uma ampla estrutura de objetivos sociais.⁴⁰

Assim, conclui-se que cada política fiscal tem seus objetivos primordiais, mas fica evidente que uma mescla entre objetivos de estabilidade macroeconômica e objetivos sociais é de grande importância. A ideia das capacidades é gerar um ciclo onde o aumento delas será acompanhado por posterior aumento da renda.

Foram apresentadas ideias a favor e contra o liberalismo econômico – que *a priori* enseja fortemente a ideia do desenvolvimento como liberdades -, buscando evidenciar o papel do Estado como regulador de um ambiente social. Por fim, coloca-se que o foco de políticas deva ser sempre voltado para o aumento das capacidades individuais, proporcionando liberdades, e assim fazendo com que exista determinado desenvolvimento humano acompanhado de um acréscimo na renda per capita, e consequentemente na renda do país como um todo.

3.3 O PAPEL DA DEMOCRACIA NAS LIBERDADES

A democracia exerce papel fundamental na ótica pelas liberdades. Aqui, o indivíduo deve ter o poder de se manifestar e ser ouvido por seus governantes, o que já se mostrou ser essencial para regulação e participação em áreas primordiais.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas

⁴⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 187.

têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção.⁴¹

Porém, as pessoas nesse contexto devem ser ativas na sociedade e em todas as ações, inclusive na participação política, deixando de serem apenas receptores passivos das ações de um processo de desenvolvimento.

Um tema bastante debatido é o que deve ser solucionado *a priori*: ensinar a situação econômica dos pobres ou a aquisição de direitos civis básicos, principalmente dos direitos políticos?

Existem três argumentos principais quanto a dar a maior prioridade para a situação dos mais necessitados: a interferência no desenvolvimento e crescimento econômico, por conta do maior dispêndio com programas sociais; quando dada, aos pobres, a escolha entre direitos políticos e melhores condições econômicas, eles invariavelmente escolhem a segunda; e a ideia de que a democracia é uma prioridade do mundo ocidental, e os “valores asiáticos” não estão de acordo.⁴²

Para o primeiro argumento, fundamentado na “tese de Lee”⁴³, não há comprovação estatística de que exista correlação, positiva ou negativa, entre as variáveis, crescimento econômico e falta de liberdade política. Pode-se colocar que de alguma maneira é mais “fácil” adotar políticas econômicas em um sistema autoritário, pois não existirá contraponto, e não será necessário pensar em agradar eleitores, mas a todo o custo de repressões e falta de liberdade de manifestação e afins.

O segundo argumento, também baseado na tese de Lee, é afirmado sem nenhuma comprovação prática. Para isso, seria necessário dar a uma sociedade que é privada desses direitos – liberdades políticas - a chance de se manifestar em eleições, o que quando visto, mostrou um grande interesse da sociedade sobre a

⁴¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.77.

⁴² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.77.

⁴³ Para mais informações sobre a tese de Lee voltar a p. 22.

oportunidade de se manifestar. Em uma eleição convocada por Gandhi na Índia, Amartya argumenta:

Nessa eleição decisiva [...] a supressão de direitos políticos e civis básicos foi firmemente rejeitada, e o eleitorado indiano – um dos mais pobres do mundo – mostrou-se tão ardoroso para protestar contra a negação de liberdades e direitos básicos quanto para queixar-se de pobreza econômica.

Já o terceiro argumento, é rebatido por Amartya pelo tamanho da Ásia como um todo, sendo uma generalização considerada rasa, e que muitas vezes esse discurso é usado por pessoas do governo que buscam alguma justificativa. Assim, um continente com tamanhas proporções não pode ser classificado com apenas um tipo de cultura. Assim sendo,

As tentativas de tolher a liberdade participativa com o pretexto de defender valores tradicionais (como o fundamentalismo religioso, o costume político ou os chamados valores asiáticos) simplesmente passam ao largo da questão da legitimidade e da necessidade de as pessoas afetadas participarem da decisão do que elas desejam e do que elas estão certas ao aceitar.⁴⁴

Também se coloca que existem relatos muito antigos de pensadores asiáticos pregando liberdades aos indivíduos – não se nega aqui a maior ênfase quanto à disciplina e ordem de alguns países asiáticos.⁴⁵

Sen apresenta três considerações abaixo que conduz o pensamento para a importância anterior de liberdades políticas,

- 1) sua importância direta para a vida humana associada a capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social);
- 2) seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades econômicas);
- 3) seu papel construtivo na conceituação de 'necessidades' (como a compreensão das 'necessidades econômicas' em um contexto social).⁴⁶

⁴⁴ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.51.

⁴⁵ Para mais informações sobre a argumentação seniana contra o uso dos “costumes asiáticos” para justificar o não uso da democracia, ler cap. 10 de SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁶ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.195.

A primeira consideração está relacionada à maneira como os indivíduos podem se organizar em sociedade, e os direitos básicos que eles devem ter, personificando aqui uma das liberdades instrumentais: liberdades políticas, e tudo que a acompanha.

A segunda e terceira considerações valoram os direitos básicos, essenciais em uma democracia, pois torna mais rápido, e possível, o processo de diálogo entre as necessidades de uma população e seu governo. O exemplo autoritário, onde nem mesmo os mais necessitados podem se manifestar e externalizar suas necessidades para assim serem discutidas, acaba por tornar mais difícil a compreensão dos reais problemas de uma sociedade afim da resolução dos mesmos.

Os bens públicos, como já explicados anteriormente, também podem ser citados na importância da democracia. Um ambiente de diálogo, onde todos podem falar e ouvir, só tem a contribuir para a formação de uma sociedade, transmitindo informações a todos. Ainda sobre os acréscimos que debates podem trazer:

[...] muitas provas de que o drástico declínio das taxas de fecundidade verificado nos Estados indianos com maiores proporções de pessoas alfabetizadas foi muito influenciado pela discussão pública dos efeitos danosos das taxas de fecundidade altas.⁴⁷

A democracia proporciona o debate entre o povo e seus governantes, como citado acima, mas também possibilita a oposição a esse governo. Essa oposição é tida como muito benéfica, pois visando sua própria promoção ao poder, esse setor busca cobrar mudanças de políticas dos que o detém, sendo essas frequentemente pautadas e cobradas pelo povo. Assim sendo, mesmo que ao longo prazo, quando a oposição chegar ao poder, se chegar, mudanças discutidas e requisitadas pelo povo tendem a vigorar.

O papel de uma imprensa livre entra aqui como intermediária no debate, e também como meio de disseminação de informações, tanto do governo como de uma maneira geral, que em sistemas autoritários não existem. Vale a ressalva de que a essa é sim uma instituição muito importante, porém pela sua alta capacidade

⁴⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.202.

em influenciar os indivíduos, ela pode ser uma ferramenta de manipulação da sociedade quando parcial.

Conclui-se assim, que a democracia tem papel importantíssimo para o desenvolvimento de uma nação. Os indivíduos querem ser ouvidos por seus governantes, e querem ter papel ativo na formação de uma sociedade. A democracia se mostra a forma onde a livre circulação de informações torna o povo mais crítico e melhor instruído para o diálogo, mesmo em discussões mais profundos.

3.4 FOMES COLETIVAS

Ainda que em menores proporções nos dias de hoje, a ocorrência de fomes coletivas, principalmente em países em meio a conflitos civis internos, ainda está presente. Engana-se quem pensa que tais fomes são ocasionadas apenas pela diferença entre a quantidade necessária para o consumo de alimentos e sua produção, também podendo ser causada por várias “imperfeições” da economia e da sociedade como um todo (tem-se uma crítica aqui ao mecanismo de mercado, que pela total liberdade pode transferir alimentos para um lugar onde se paga mais, deixando outros sem alimentos).⁴⁸

Através de dados da FAO⁴⁹, pode-se notar que a produção de alimentos per capita no mundo vem aumentando com o passar do tempo. Malthus temia em sua época, ao final do século XVIII, que a população crescesse em uma proporção maior que a produção de alimentos. Isso seria a causa da destruição humana, o que não se consolida atualmente⁵⁰, baseado nos mesmos dados, mesmo a população tendo sido praticamente multiplicada por sete vezes.

⁴⁸ Para mais informações sobre a ideia da distribuição de mercado de alimentos por conta de preços mais altos, ler sobre o caso da fome coletiva ocorrida na Irlanda, onde alimentos eram destinados para a Inglaterra, presente em SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.222-229.

⁴⁹ FaoStat. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**

⁵⁰ Vale ponderar aqui que a teoria malthusiana teve validade empírica por longo período, e apenas de certo modo teve sua hipótese rejeitada devido ao progresso técnico alcançado na produção de alimentos, o que não foi previsto pelo mesmo.

Sendo assim, podemos concluir que casos de fomes coletivas não estão relacionados à produção de alimentos, que como se vê tem crescido em uma proporção maior que a população, mas sim a outros fatores de mercado.

Note aqui, que existem dois tipos de consumidores de alimentos: os que produzem seus próprios, geralmente os vendedores, e os que fazem parte do mercado de alimentos - os compradores. Neste segundo grupo, algumas variáveis influenciam na condição da alimentação dos mesmos: a capacidade de comprar alimentos advém da quantidade de dinheiro que as pessoas possuem, e isso remete às oportunidades de emprego e aos níveis de salário de uma economia.

Momentos de crise podem levar à ocorrência de fomes coletivas por vários fatores, como aumento dos preços dos alimentos em uma menor produção agrícola frente a uma seca, ou, por exemplo, crises econômicas que diminuiriam radicalmente o nível de emprego e salário.

O Estado aqui deve ter a responsabilidade de assegurar às pessoas mais pobres, ou os afetados em períodos de crises, quaisquer sejam suas motivações, um nível mínimo de renda que consiga suprir suas necessidades de sobrevivência. Na maioria das vezes, fomes coletivas atingem pequenas parcelas da população, o que torna uma política de auxílio aos afetados comparativamente barata - visto também que a parte constituinte desses afetados tende a ser os mais desprovidos, e a participação deles no mercado de alimentos como um todo é muito baixa, por consumirem produtos de baixo valor comparativo.

É importante apontar uma sutil diferença quanto às formas de combate das fomes coletivas. Quando é adotada a política de geração de empregos pelo Estado, visando fazer com que a renda das pessoas afetadas por determinada crise seja complementada, mesmo que temporariamente, o indivíduo passa a exercer papel ativo na economia, adotando o papel de agente.

Outra forma é via a transferência de renda, como auxílio-desemprego, onde o indivíduo tem papel passivo e apenas recebe um benefício para sobreviver. Se comparamos as duas propostas, “em geral, a abordagem da ajuda por meio do emprego

também permite às vítimas potenciais da fome coletiva serem tratadas como agentes ativos, e não como recebedores passivos de esmolas do governo.”⁵¹

É notório que aspectos psicológicos pesam muito na qualidade de vida de toda a sociedade, principalmente no mundo contemporâneo, e essa escolha muito pode influenciar em como o indivíduo se vê frente à sociedade.

Não há dados da ocorrência de fomes coletivas em países com uma democracia plena. Quando a população tem liberdade para expressar suas necessidades, e a presença de uma imprensa livre que possui “incentivos para revelar fatos que possam ser embaraçosos para o governo”⁵², e essas necessidades são da ordem de “sobrevivência”, governantes farão, ou pelo menos deveriam fazer, de tudo para remediar tal situação.

Reis e presidentes, burocratas e chefes, líderes e comandantes militares nunca são vítimas de fomes coletivas. E, se não há eleições, partidos de oposição, espaço para a crítica pública sem censura, os que exercem autoridade não têm de sofrer as consequências políticas de não prevenir as fomes coletivas. A democracia, por outro lado, faz com que os castigos da fome coletiva atinjam também os grupos governantes e líderes políticos. Isso lhes dá o incentivo para tentar debelar qualquer ameaça de fome coletiva e, como de fato é fácil impedi-las (nesse estágio o argumento econômico encaixa-se no político), as fomes coletivas que assomam no horizonte são firmemente repelidas.⁵³

Também se pode argumentar no sentido de oposições, como já detalhado anteriormente, fazendo com que políticas de prevenção sejam cobradas por forças de oposição ao governo. Esta ideia reforça o já exposto sobre a importância de uma democracia no combate às privações.

Tudo o que foi abordado sobre fome coletiva e o papel crucial da democracia para a prevenção de suas ocorrências se encaixa perfeitamente em uma das liberdades instrumentais colocadas anteriormente, a “segurança protetora”. Como deixado claro aqui, os mecanismos proporcionados por uma democracia plena, propiciam uma ação do Estado visando prevenir, e se necessário remediar, crises,

⁵¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.232.

⁵² SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.236.

⁵³ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.236.

geralmente não previstas, encarando-as de modo a não prejudicar os indivíduos mais fragilizados de uma sociedade, visando manter seus intitamentos – possibilidades de escolha – no mínimo padrão possível para a sobrevivência.

3.5 A CONDIÇÃO DE AGENTE DA MULHER

Um tema que ao longo dos anos vem ganhando muita força nos debates é o empoderamento da mulher na sociedade, e no Brasil não é muito diferente. Questões como legalização do aborto, igualdade no mercado de trabalho, maior poder de decisão dentro das famílias etc., estão ganhando força no debate atual.

Assim, ao longo dos anos os movimentos feministas vêm mudando a pauta central de suas reivindicações de uma melhora no bem-estar das mulheres, para um aumento na condição de agente das mesmas.

É evidente que ambas as pautas não podem ser totalmente desvinculadas, mas a condição de agente das mulheres as transforma em ativas no meio social, que deixa de ser apenas um indivíduo passivo receptor de melhorias de vida, passando a ser mais ativa na defesa de seus direitos e tendo a possibilidade de exercê-los.

Muito já se foi colocado neste trabalho exemplificando o modo como a mulher pode ser um grande exemplo do ganho de liberdades e o bem que isto pode trazer não só para ela, e sim para a sociedade como um todo – vide o exemplo da taxa de mortalidade infantil.⁵⁴

Assim, altas taxas de natalidade também podem ser vistas como uma maneira de privar de liberdade as mulheres, devido ao tempo de gestação e à tarefa de cuidar dos filhos. Outros costumes de sociedades mais machistas, como o fato de a mulher precisar ter filhos para ser “aceita” socialmente, acabam por tirar o poder de decisão dela, mesmo que indiretamente.

Ademais, existem outras desvantagens para elas, como até mesmo a sobrevivência. No caso chinês, depois de adotada a política de filho único, e a preferência pelo sexo masculino, mulheres tem sido escondidas, e até abortadas – única e simplesmente pelo fato de serem mulheres.

⁵⁴ Mais detalhes vide página 21 deste trabalho.

Esses exemplos, de certa forma, estão ligados a uma mentalidade mais ultrapassada. Hoje em dia, vê-se que as pautas feministas estão voltadas principalmente à igualdade no mercado de trabalho e maior liberdade sobre seu próprio corpo, e parte relevante dos homens apoiando as causas.

De modo geral, os homens, ainda hoje, representam uma parcela maior no que tange ao desempenho de funções mais relevantes e importantes, tanto politicamente quanto economicamente. Por exemplo, em Dezembro de 2016, mulheres representavam apenas 9,9% do parlamento federal.⁵⁵ Esse cenário vem mudando, mesmo que a passos curtos, e elas cada vez mais ganham espaço onde antes reinavam os homens.

Com o aumento da educação para as mulheres elas se tornam capazes de influenciar de maneira mais direta as decisões dentro de sua família. Pelo aumento de seus status social proveniente de melhores empregos, ela adquire melhor poder de convencimento e maior vivência sobre o mundo. Tudo isso faz com que a condição de agente da mulher ganhe força, e assim elas gozem de seus direitos e benefícios de maneira mais real.

O aumento dessa condição de agente também proporciona uma elevação em seu bem estar, possibilitando que elas impactem diretamente outros níveis da sociedade, ao tomarem decisões diferentes das que antes eram impostas a elas, refletindo, por exemplo, em menores taxas de natalidade e mortalidade infantil.

Referindo-se ao Banco Grameen que criou uma linha de crédito específica para mulheres visando diminuir a discriminação na concessão do mesmo para homens e mulheres, Amartya argumenta:

Esses e outros movimentos econômicos e sociais em Bangladesh contribuíram muito não só para aumentar o “quinhão” que cabe às mulheres, como também – por meio da melhora da condição de agente das mulheres – para gerar outras mudanças importantes na sociedade. Por exemplo: o acentuado declínio na taxa de fecundidade ocorrido em Bangladesh nos últimos anos parece ter uma clara vinculação com o envolvimento cada vez maior de mulheres nos assuntos sociais e econômicos, assim como com a disponibilidade muito maior de recursos para o planejamento familiar, mesmo nas áreas rurais de Bangladesh.⁵⁶

⁵⁵ Dados do **Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017**, organizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras com base nos dados do Banco Mundial.

⁵⁶ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p.262.

Conclui-se assim que o papel da mulher na sociedade se torna cada dia mais importante. Uma das melhores formas de se demonstrar o papel das liberdades em uma sociedade é a maneira como mulheres são capazes de transformar seu meio através do ganho dessas.

O aumento das capacidades femininas gera a elas um papel ativo no meio social, transformando escolhas, e assim moldando uma sociedade com valores diferentes do que os vistos em sociedades mais machistas, e aparentemente essas sociedades se tornam cada vez melhores.

4 AS CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A AMARTYA SEN

No presente capítulo serão apresentadas algumas críticas ao desenvolvimento social e, principalmente, à teoria seniana. O que se buscou neste momento foi trazer ao debate um contraponto as ideias abordadas neste trabalho, na tentativa de buscar possíveis falhas nesta teoria.

A primeira crítica tem como base teórica o Teorema da Impossibilidade de Arrow e gira em torno da escolha social; a segunda, é uma crítica à maneira como os acontecimentos podem ser premeditados, e o que isso pode influenciar em toda essa teoria; na sequência será abordada uma crítica voltada aos indivíduos e à maneira como eles são egoístas, mesmo que as outras críticas já abordem essa temática, será dada maior ênfase neste momento; a quarta crítica também tange aos indivíduos e tenta discutir sobre a responsabilidade que cada um tem por seus atos e acontecimentos; a penúltima, critica como Sen apresenta seus principais termos; e, por fim, se coloca em xeque a aplicabilidade de toda teoria seniana.

4.1 A CRÍTICA DE ARROW

Uma das possíveis críticas a esse olhar voltado às liberdades que busca um maior potencial para discussões sociais, e para a escolha social gerando um progresso baseado na razão seria a do Teorema da Impossibilidade de Arrow. Tal teorema chega à conclusão de que não é possível a escolha social através das preferências individuais.

Em seu teorema Kenneth Arrow estabeleceu 4 condições para o funcionamento do modelo atendendo critérios de eficiência e democracia. A) Princípio de Pareto, ou seja, se a escolha individual for unânime, assim também será para a sociedade como um todo; B) ordenamentos devem ter preferência completa e transitividade, ou seja, todas as escolhas para 3 opções ou mais têm de ser ranqueadas de acordo com as preferências e se $x > y$ e $y > z$, $x > z$ obrigatoriamente; C) escolhas independentes, ou seja, por exemplo, no caso de uma eleição não se vota em A – se não for seu candidato – apenas para que B não vença, a escolha independe de outras relações a não ser a preferência entre as opções; D) não existir

uma ditadura, ou seja, não exista alguém que sua vontade prevaleça sobre a vontade dos demais.

O resultado obtido por Arrow, atendendo aos pressupostos, é a “prova da impossibilidade de derivar racionalmente a escolha social a partir de preferências individuais.”⁵⁷

Esse teorema leva em consideração que sempre é possível produzir uma melhora na condição da maioria, e isso não é plausível na resolução de problemas econômicos, por exemplo. Sen exemplifica com uma simples divisão de bolo entre três pessoas que buscam sempre maximizar sua preferência, tendo mais bolo, assim:

[...] pegando uma parte da fatia de qualquer pessoa (digamos, a fatia da pessoa 1) e dividindo-a entre outras duas (ou seja, entre 2 e 3). Esse modo de ‘melhorar’ o resultado social funcionaria – uma vez que o juízo social é pela regra da maioria – mesmo se acontecesse de a pessoa assim prejudicada (ou seja, 1) ser a mais pobre das três. De fato, podemos continuar a tirar cada vez mais da fatia da pessoa mais pobre e dividir a pilhagem entre as duas mais ricas – o tempo todo obtendo uma melhora para a maioria.⁵⁸

O grande ponto aqui, é que o teorema da impossibilidade usa apenas uma base informacional, a de preferências, desconsiderando assim, outras informações relevantes.

A condição de cada pessoa, o ganho e perda obtidos para cada um em tal modo de decisão, ou outra informação qualquer que possa ser de grande relevância, não deve ser omitida. O teorema de Arrow generaliza uma inconsistência – que existe sim -, mas é fundado por uma base informacional muito pequena, que em assuntos de maior relevância, como decisões socioeconômicas não podem ser meramente esquecidos.

A resposta seniana para essa crítica – base informacional pequena -, apesar de lógica e correta em sua abordagem, pode ser facilmente combatida com a questão egoísta já colocada anteriormente. Apesar de se acreditar que a sociedade

⁵⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 309.

⁵⁸ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 321.

possa ser altruísta, os indivíduos não estão dispostos a abrir mão de algo para outra pessoa, se seu custo for considerado alto.

Assim sendo, a conclusão de Arrow se torna sim uma impossibilidade para a ótica social. Principalmente em países não desenvolvidos, onde a maior parte da população não possui muitas capacidades, é complicado exigir de um indivíduo uma visão social.

4.2 A CRÍTICA DOS ACONTECIMENTOS IMPREMEDITADOS

Outra crítica comum é a de que, na maior parte das vezes, as consequências acontecem por fatores impremeditados – consequências do acaso, onde o planejado não aconteça. Esta teoria, encabeçada por nomes como Smith, Menger e Hayek não deve ser deixada de lado.

A contestação colocada se vincula com a ideia de que mudanças ocorrem, na maioria das vezes, por acontecimentos que não se podem prever. De fato, muitas mudanças foram originadas por decisões, acontecimentos e fatores não premeditados; e que nem sempre o resultado está de acordo com o que foi planejado.

Porém, se pode fazer uma clara conexão em medidas de cunho social e seus resultados. Quando são feitas mudanças na sociedade, através de políticas, existe um resultado esperado, e muitas vezes ele acontece. Temos o exemplo da relação de investimento em educação e saúde em países recém-desenvolvidos que retornaram taxas de crescimento econômico elevadas *a posteriori*.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso próprio jantar, e sim da atenção que dá cada qual ao próprio interesse. Apelamos não para sua humanidade, mas para seu amor-próprio.⁵⁹

Assim, com a famosa frase de Smith vemos que as ações do açougueiro, do padeiro e do cervejeiro não se voltavam a fazer um bem para quem compra, suprindo-a de carne, pão e cerveja, mas sim para conseguir o dinheiro da venda de

⁵⁹ SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. (1776), reedição, R. H. Campbell e A. S. Skinner (eds.), Oxford, Clarendon Press, 1976, p. 26-7. Apud SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 326.

seus produtos. Não se pode negar que a ação impremeditada – de determinado ganho para a sociedade através da distribuição dos produtos, suprimindo essa demanda - ocorreu, e foi positiva.

O raciocínio econômico e social pode atentar para as consequências não intencionais (mas que, ainda assim, resultam de disposições institucionais), e a proposta para medidas institucionais específicas pode ser mais bem avaliada levando em consideração a probabilidade de várias consequências impremeditadas.⁶⁰

As ideias de Sen ficam claras aqui. A utilização da razão para buscar uma sociedade melhor pode ser feita, mesmo com os princípios de consequências impremeditadas. É possível pensar nos resultados das ações tomadas para uma mudança social, e esperar que decorrências impremeditadas ocorram e possa vir a ser benéficas para o conjunto social.

Uma política muitas vezes pode ter determinado objetivo principal, mas conseguira afetar outras diversas etapas do convívio, podendo ser também benéfico da mesma maneira. Fica claro que não se pode descartar toda uma teoria, como a das liberdades, com o argumento de que não se pode prever o futuro. Acontecimentos premeditados acompanham consequências impremeditadas, e a ideia de que como não se pode realizar algo sem a certeza de todos seus resultados parece um pouco ilógico.

4.3 A CRÍTICA DO EGOÍSMO

A terceira crítica a esse modelo de desenvolvimento social está ligada diretamente à primeira. Muitos se perguntam, hoje em dia, tomados por certo ceticismo, de que maneira se pode pensar nas relações de uma forma social, deixando os interesses e preferências individuais um pouco de lado, em uma sociedade cada vez mais egoísta.

Apesar disso, vemos nas sociedades atuais uma forte inclinação a ajudar o próximo, principalmente em acontecimentos inesperados e catastróficos. Um

⁶⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 328.

exemplo é a queda do prédio no centro de São Paulo em maio deste ano que arrecadou enorme quantidade de doações em pouco tempo.

Não apenas nesses momentos se pode ver a inclinação a um pensamento social. Mas também quando, além de olhar para seus próprios interesses, os indivíduos conseguem apresentar certa empatia com os de membros mais próximos, como amigos e familiares. O observador imparcial de Smith, definido por

Começamos imaginando um espectador equidistante entre nós e o outro, e tentamos nos comportar como acreditamos que esse espectador iria aprovar. Todavia, como cada pessoa é diferente e é impossível agradar a todos, aprendemos a imaginar um espectador imparcial “um homem no geral”, atuando sobre seu critério. Esta é a porta de entrada para a esfera moral, pois nos damos conta de que somos todos iguais e merecemos respeito da mesma maneira.⁶¹

A ideia do observador imparcial é gloriosa, julgar uma ação através de um ser totalmente imparcial, onde teoricamente, a decisão tomada por ele seria a mais acertada possível.

Porém, vê-se aqui uma argumentação muito fraca por parte de Sen para dar uma resposta a essa suposição – sobre o egoísmo. O que se vê nos dias de hoje, são raros atos de ajuda ao próximo, principalmente quando algo já ocorreu. Em países em desenvolvimento, principalmente, se torna complicado exigir visões solidários, pelo fato de a população, de uma forma geral, possuir muito pouco.

Não se consegue ver, em países onde várias capacidades não existem, e a miséria é muito grande, que as pessoas estejam abertas à mentalidade necessária para que uma mudança, que se mostra tão grande, seja realizada.

4.4 A CRÍTICA DA RESPONSABILIDADE DOS ATOS

Uma crítica recorrente à atuação das instituições no apoio social é de que as pessoas devem ser responsáveis por seus feitos e por onde querem e podem chegar. Da mesma maneira, quem zelaria mais por seus próprios interesses, se não a própria pessoa?

⁶¹ Carrasco, María Alejandra. **Adam Smith's ethics: A conciliation of moral paradigms.** Setembro/2016.

O argumento ainda remete à ideia de que quando uma pessoa se torna responsável pelos acontecimentos na vida de outra, esta segunda claramente não terá incentivos e motivações para buscar melhores condições de vida, além de perder o interesse pelo seu autoconhecimento.

Entretanto, de que maneira pode-se concluir que as pessoas consigam ter as mesmas condições para buscarem seus acontecimentos, se faltam liberdades básicas para grande parte delas? Não se deve colocar em condições iguais pessoas que não as têm.

Pode-se apoiar no princípio da isonomia, no caso brasileiro, para justificar o apoio social na busca pela igualdade de condições: “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.⁶² Amartya argumenta,

O trabalhador adscritício nascido na semiescravidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade.⁶³

Destarte, a ideia de liberdade segue a mesma linha da ideia que a de responsabilidade, dar condições para que todos consigam, de modo minimamente igual, ser responsáveis por seus acontecimentos. Em países em desenvolvimento isso só é possível com o bom funcionamento das instituições.

Em suma, como na ideia apresenta anteriormente sobre seguridade social, via distribuição de renda ou geração de empregos, vê-se que ótica das liberdades busca conceder a todos as capacidades básicas para que as pessoas “andem com suas próprias pernas” e não criem dependência sob nenhum aspecto.

Como a desigualdade é muito grande em boa parcela dos países, sejam eles desenvolvidos ou não, as instituições têm de funcionar de maneira a assegurar que até mesmo os mais necessitados tenham condições de levar a vida que eles julgam ser prazerosa.

⁶² NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

⁶³ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão, p. 361.

4.5 A CRÍTICA AOS TERMOS SENIANOS

Alguns críticos da obra de Amartya Sen apontam que o “grande público” acaba por engradecer seu trabalho, mesmo muitas vezes não entendendo ao certo os termos que ele criou – o modo de usar capacidades, intitulamentos e funcionalidades. Pelo mesmo tratar de temas comuns e de grande impacto na sociedade, ou seja, “Sen cria simpatia principalmente pela atenção que ele dá as diversas faces da personalidade humana”.⁶⁴

Estes ainda colocam que os termos utilizados por Sen são termos comuns na economia *mainstream*, apenas “enfeitados”. Argumentam que funcionalidades nada mais é que as mercadorias; e a referência feita em “capacidades” substituiria a renda, por exemplo, na teoria utilitarista. Assim, para muitos economistas críticos de Amartya, nada em sua obra o afasta da teoria heterodoxa.

Acredita-se aqui que os termos possam ser considerados semelhantes, mas de forma nenhuma iguais - isso porque são abordagens diferentes. A diferenciação da ótica das liberdades e da ótica da utilidade tenta acrescentar mais profundidade na análise econômica – vide a criação do mesmo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Sen, buscando mensurar outros fatores além da renda.

Ainda que as ideias possam estar próximas, o apelo por trás dessas está longe de ser a mesmo. No *mainstream*, a teoria utilitarista assume a posição dos prazeres, e por mais que alguns argumentem que é a medida que engloba várias outras características, torna a análise muito pobre; já a teoria das liberdades e capacidades tem um cunho social, dando prioridade ao indivíduo, e buscando dar mínimas condições de escolhas até aos mais marginalizados.

⁶⁴ Bénicourt, Emmanuelle. **Against Amartya Sen**. Altern. Économiques 2004/3. Tradução própria. Texto original: “Sen generates sympathy in particular for the attention he gives to the diverse facets of the human personality”.

4.6 A CRÍTICA DA APLICABILIDADE

Está é a crítica com maior argumentação e maior ênfase quanto aos ideais da teoria seniana. Apesar de ser aos olhos dos economistas sociais uma das melhores e mais belas teorias, ela não passa de uma teoria.

Amartya não conseguiu em nenhuma de suas obras pontuar quaisquer medidas necessárias para que sejam colocadas em prática suas ideias. A ideia do pluralismo de critérios na análise, apesar de ser mais coerente com a complexidade humana, se apresenta de maneira quase que utópica.

Da mesma forma que uma abordagem mais abrangente representa melhor a quantidade de sentimentos e necessidades do homem, isto torna a metodologia para a análise muito complicada pela falta de parâmetro. De que modo seria possível colocar os resultados de uma análise, considerando que os parâmetros seriam sentimentos humanos? J.S. Mill argumenta sobre a questão da pluralidade de parâmetros,

Tem de haver algum padrão o qual determine a bondade e a maldade, o absoluto e o comparativo, em fins ou objetos de desejos. E independente de qual padrão for, deve haver apenas um; se houvessem vários princípios máximos de conduta, a mesma conduta poderia ser aceita por um desses princípios e condenada por outro; e seria necessário um princípio mais geral, que se sobressaia a eles.⁶⁵

A citação acima afirma a ideia da dificuldade de ter vários padrões, pois cada um valora de maneira diferente seus sentimentos, ganhos e emoções. A defesa de que a abordagem de um único critério é a de que “é possível escolher, em todos os casos, entre duas ações, regras ou instituições que estão em conflito uma perante a outra”.⁶⁶

⁶⁵ Mill, John Stuart. 1843/1979. **A System of Logic, The Collected Works 3**. Toronto: University of Toronto Press, p. 951. Apud Bénicourt, Emmanuelle. **Against Amartya Sen**. Altern. Économiques 2004/3. Tradução própria. Texto original: “There must be some standard by which to determine the goodness or badness, absolute and comparative, of ends, or objects of desire. And whatever that standard is, there can be but one; for if there were several ultimate principles of conduct, the same conduct might be approved by one of those principles and condemned by another; and would be needed some more general principle, as umpire between them”.

⁶⁶ Bénicourt, Emmanuelle. **Against Amartya Sen**. Altern. Économiques 2004/3. Tradução própria. Texto original: “[...] to choose, in all cases, between two actions, rules, or institutions that are in conflict with one another”.

Outra crítica ao trabalho de Sen é quanto aos pontos que ele coloca importância, como saúde e educação, que são pautadas comuns. A falta de apontamentos de políticas econômicas capazes de colocarem em ação toda a teoria de liberdades, também é questionada.

Por fim, se mostra que no que tange a aplicabilidade da teoria seniana existem muitas críticas. De fato, o autor nunca propôs meios práticos para que sua teoria fosse tirada do papel e colocada em prática. Referente às ideias consideradas comuns por outros economistas, não se acredita que realmente seja uma crítica tão embasada, pois, como já colocado anteriormente, a teoria seniana tem por trás dos conceitos, um ideal social e de maiores oportunidades para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho sempre teve a pretensão de trazer ao meio acadêmico da área de Economia uma visão diferente do *mainstream* microeconômico, que é, basicamente, a primazia da teoria utilitarista. Vale ressaltar que o objetivo nunca foi de trazer algo que substitua o que é comumente usado, pois acredito que para fins de aprendizado as simplificações dos modelos econômicos são de grande importância.

A utilização da renda per capita para mensuração de desenvolvimento – e para fins de comparação no geral – acaba deixando de incluir no estudo muitas variáveis importantes. Amartya foi um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que acrescentou ao cálculo de desenvolvimento duas variáveis: expectativa de vida ao nascer e níveis de educação. Isto é justificado pela grande desigualdade existente dentro dos vários países, até os mais desenvolvidos, como a relação entre brancos e negros nos Estados Unidos.

Ainda que hoje correntes ligadas à ideia deste trabalho estejam cada vez mais presentes nos planos e acordos mundiais, como no caso da agenda milênio, e os olhares para o desenvolvimento sustentável, como o crescimento da importância da chamada economia verde, buscou-se trazer outra ótica na hora das avaliações, aumentando a complexidade dos estudos através de olhares diferentes para o estudo econômico. Na visão do autor, o ser humano tem de ter sempre a prioridade nas mudanças sociais e econômicas. Assim, acredita-se que questões relacionadas ao maior nível de igualdade entre os agentes estão no mais alto patamar de importância.

A teoria de Amartya Sen tenta trazer o enfoque para o indivíduo e, através das liberdades, proporcionar maior autoridade para decidir qual a vida que cada um julga boa para se viver. No momento que cada um consegue adquirir mais intitamentos, terão mais oportunidades de escolher como querem viver sua vida, e essas oportunidades são consideradas as capacidades individuais.

Alguns modos de privações das liberdades foram apresentados aqui – a pobreza, o mecanismo de mercado, a importância da democracia, as fomes coletivas e a condição de agente da mulher -, e se tentou mostrar como cada uma dessas privações podem se tornar danosas a uma sociedade. Também foram

colocadas algumas situações, onde a melhora dessas liberdades era traduzida em um grande ganho para um ambiente social como um todo.

A ideia de que se é necessário primeiro crescer para depois existir um ganho social, gerando mais igualdade – ou mesmo mínimas condições aos mais pobres – foi fortemente combatida neste trabalho. A liberdade deve ser o meio constituinte do desenvolvimento, e não o contrário; aqui se coloca importante o papel do economista e da ciência econômica como intermediários para o estudo de melhores condições às pessoas; e na prática, encabeçando políticas públicas que visem uma melhora nas liberdades individuais. Quando a população tem condições de viver uma vida que julga boa, e acesso as mínimas condições para o desenvolvimento individual, observa-se que os resultados econômicos são subjacentes as medidas adotadas para o aumento das liberdades.

Por fim, são apresentadas críticas ao desenvolvimento social e as teorias de Sen. Cada tópico foi comentado para se tentar verificar até onde a crítica pode ser considerada válida, e, ao mesmo tempo, a resposta a essa crítica é minimamente fundada.

O que se vê é que algumas críticas são consideradas muito rasas, porém outras são bons pontos de questionamento. A principal crítica sobre a teoria seniana é quanto à aplicabilidade da mesma, o que como mostrado, ainda não obteve políticas e questões práticas apontadas para a utilização da mesma na realidade do mundo globalizado.

Em suma, o estudo apresenta as principais ideias para que seja entendida a teoria de Amartya, colocando os principais aspectos relevantes na visão do autor, buscando aumentar o debate no meio acadêmico sobre outras visões. É de grande importância que se use a responsabilidade dos economistas (através da visão mais ampla de todas as relações) para que se faça uma sociedade cada vez melhor para todos que estão nela.

Como já mostrado, esta teoria possui evidentes problemas quanto às questões de sua aplicabilidade, mas isso não deve retirar da mesma seus pontos de discussão, e nem impossibilitá-la de ser mais aprofundada.

Por fim, alguns questionamentos reflexivos podem ser feitos para a finalização desse trabalho. Esta teoria das liberdades pode ser compatível com o modelo do capitalismo, visto que nem sempre os Estados realmente visam fazer o

que em teoria deveria ser feito? Como a teoria teria sua aplicabilidade diante de um mundo onde as preferências variam exorbitantemente de acordo com a localização e cultura dos indivíduos, tornando o que é primordial pra alguém em algo completamente sem importância para outro? Será que, no caso como o brasileiro, a falência de algumas instituições, como a imprensa que se mostra bastante parcial, é possível que ideais como estes sejam alcançados?

REFERÊNCIAS

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 4ª impressão.

COSTA, Ana Paula Correia de Albuquerque da. SANTIAGO, Maria Cristina Paiva. **Liberdades substantivas, planejamento familiar e reprodução humana assistida: análise à luz da perspectiva de Amartya Sen**. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UFOB. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=96b6715edb4b085b>> Acesso em 25 de Maio de 2018.

MACINKO, James; GUANAIS, Frederico C; SOUZA, Maria de Fatima Marinho de. **Uma avaliação do impacto do PSF na mortalidade infantil no Brasil, 1990-2002**. Brasília: MS/SVS, 2006.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZAMBAM, Neuro José. **A teoria da Justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável**. Tese de Doutorado- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Cícero. **O utilitarismo em John Stuart Mill**. Dissertativo Revista de Filosofia, v. 41. Pelotas: 2015.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VITA, Álvaro de. Uma concepção liberal-igualitária de justiça distributiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 1999, vol.14, n.39.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORREA JUNIOR, Carlos Barbosa . **As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2012.

RIBEIRO BALERA, João Eduardo. **Robert Nozick e sua Teoria Política: Seria uma abordagem razoável para a Sociedade contemporânea?** Revista de Filosofia. Dezembro/2015, v.12, n.2

NUSSBAUM, Martha C. **Beyond the Social Contract: Capabilities and Global Justice.**

PARETO, Vilfredo. **Manual of Political Economy.** Nova York: Kelley, 1927.

SMITH, ADAM. **Wealth of Nations.** Op. cit., vol.1, livro 2 e vol.5, livro 1.

PROJETO MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017.** Disponível em: <<http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>> Acesso em 02/06/2018.

SMITH, ADAM. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.** (1776), reedição, R. H. Campbell e A. S. Skinner (eds.), Oxford, Clarendon Press, 1976

CARRASCO, MARÍA ALEJANDRA. **Adam Smith's ethics: A conciliation of moral paradigms.** Setembro/2016.

NERY JUNIOR, NELSON. **Princípios do processo civil na constituição federal.** 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BÉNICOURT, EMMANUELLE. **Against Amartya Sen.** Altern. Économiques 2004/3.

MILL, JOHN STUART. 1843/1979. **A System of Logic, The Collected Works**
3. Toronto: University of Toronto Press.

COUGO, FELIPE FERREIRA. **O Enfoque das Capacidades em Amartya**
Sem. Enciclopédia Vol. 5, p.150-177, 2016. Pelotas-Rs.

FAOSTAT. **Food and Agriculture Organization of the United Nations.**
Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>> Acesso em 19/04/2018.